

FRONTEIRA E POBREZA

As faces da desordem (Foz do Iguaçu, 1965-1992)

Luiz Eduardo Catta

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Foz do Iguaçu

A região conhecida como “tríplice fronteira”, localizada no oeste paranaense, mais precisamente na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, experimentou um processo de transformações vertiginosas em um curto espaço de tempo, fruto de dois processos simultâneos, que se imbricaram ao longo das décadas de 60 e 70, e cujos reflexos perversos passaram a ser percebidos nas décadas seguintes: a ocupação de suas férteis terras por grandes produtores rurais oriundos principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e por empresas agrícolas que visavam a agro-exportação;¹ e o estabelecimento estratégico de projetos de modernidade, representado de maneira mais expressiva pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a abertura de um comércio de fronteira com o Paraguai, sendo que o centro propulsor dessa nova realidade foi a cidade de Foz do Iguaçu.²

A consecução de um novo modelo de desenvolvimento para o país, objetivado pelo regime militar, e assentado na ideologia de Segurança Nacional,³ passava pela necessidade de integração do território nacional, ao mesmo tempo que urgia a definição e guarda das fronteiras. Tarefas estas que apontavam para a inclusão daquela área ao chamado projeto do “Brasil Grande”, sedimentando, segundo seus ideólogos, a imagem de um país em desenvolvimento, moderno, fadado à hegemonia na América do Sul.⁴

Na prática, se buscava inserir aquela área estratégica no quadro de desenvolvimento econômico que o país experimentava naquele início dos anos 70, momento que ficou conhecido como do “milagre brasileiro”, onde a expansão da economia, principalmente do setor industrial, permitiu um crescimento que chegou a 11% ao ano⁵, mas, ao mesmo tempo, aumentava consideravelmente a dependência de recursos energéticos como o petróleo, vindo do estrangeiro, e da energia elétrica que precisava ser abastecida internamente.

Nesse sentido, no que diz respeito à construção da hidrelétrica de Itaipu, de um lado, supriria as necessidades de energia para o abastecimento do parque industrial crescente no sul e sudeste, e de outro, como a usina seria construída por uma empresa binacional, brasileira e paraguaia, exatamente numa área estratégica de fronteira entre três países, consolidaria a presença do Brasil na região.

Mas, devemos ressaltar, a obra teria a capacidade de atrair milhares de trabalhadores desempregados, ou sub-empregados, dos grandes centros urbanos, que poderiam ser incorporados

àquele novo espaço da fronteira, diminuindo, assim, os impactos sociais que começavam a se manifestar nas cidades brasileiras, à medida em que o “milagre econômico” entrava em colapso.

E, caso esses trabalhadores não fossem absorvidos pela obra, poderiam dedicar-se, segundo as autoridades, às inúmeras atividades que se abririam com o novo momento vivido pela região. Principalmente na área de serviços vinculados ao turismo e ao comércio de fronteira. Este, iniciado timidamente nos anos 60 com a construção da Ponte da Amizade, que ligava Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad Presidente Stroessner, no Paraguai, ampliou-se de forma significativa nas décadas seguintes, com o apoio do governo brasileiro, tornando-se, em determinado momento, a atividade de maior expressão na economia local.

É nesse cenário que começa a se concretizar o projeto Itaipu. Surgido no bojo de uma experiência de décadas em construções de barragens por parte de empresas brasileiras, gerou, além de know-how em construções de usinas hidrelétricas,⁶ personagens características dessas construções, os chamados barrageiros, que participaram de forma decisiva na composição de uma nova sociedade na “tríplice fronteira”.

Foz do Iguaçu, que até 1974 se constituía num pacato espaço do longínquo oeste paranaense, à medida em que se viu imersa naqueles novos projetos do governo, passou a sofrer interferências de urbanistas, engenheiros e políticos, que buscaram remodelá-la, segundo uma perspectiva eminentemente técnica. Produziram-se mudanças profundas no se refere à rotina de seus habitantes, à organização de sua economia e em todo seu tecido urbano,⁷ tornando irreversível o mergulho em uma modernidade inventada e imposta à revelia da maioria da população. A partir de então, como cidade de grande apelo turístico, abrigando as Cataratas do Iguaçu e a Usina de Itaipu, sua nova configuração estética, deveria ser plenamente condizente com a sua “vocalização”.

A desordem naquele espaço foi se tornando cada vez mais visível e sentida pelos moradores, que experimentavam mudanças profundas em seu cotidiano, deparando-se continuamente com novidades que surgiam “do dia para a noite”.

Assim, para que pudéssemos fazer emergir os momentos dramáticos de mudanças na cidade e seus novos personagens, recuperamos uma documentação que até então não havia sido compulsada pelos “estudiosos”, uma vez que não era considerada como fonte para uma história de Foz do Iguaçu e região. Pois não privilegiava os “pioneiros” e os que saíram vitoriosos no processo de modernização e crescimento econômico da “tríplice fronteira”.

Dois tipos de documentação foram recolhidas e analisadas para a consecução dessa tarefa. Uma proveniente do poder público e das instituições que representavam os interesses das camadas dominantes da cidade, e que seriam os maiores beneficiados pelas mudanças a serem ali impostas, encomendada com o intuito de adequar Foz do Iguaçu à modernidade propalada pelo governo. A

outra, por um periódico que lá circulou entre os anos de 1980 e 1990, chamado *Jornal Nosso Tempo*.

A primeira compõem-se de *Relatórios* sobre as diversas atividades desempenhadas no e pelo município, *Diagnósticos* sobre a realidade sócio-econômica de Foz do Iguaçu, cuja finalidade era mostrar a importância da implantação de uma nova estrutura na cidade, *Planos Diretores de Desenvolvimento*, *Planos de Desenvolvimento Urbano* e *Relatórios Finais de Seminários* realizados por entidades representativas das classes dirigentes e apoiados pelo poder público local.

A interferência prevista pelo detentores do poder, naquela região de fronteira, num primeiro momento abarcava o incremento da economia local, atraindo proprietários rurais para ocupar, dentro do estágio capitalista de produção,⁸ as férteis terras ali existentes. Ao mesmo tempo, acenava para uma dinamização do comércio de fronteira, que contribuiria para ocupar uma parcela considerável do excedente populacional das grandes cidades, buscando minimizar os impactos sociais provocados pela falta de emprego e pelo arrocho salarial cada vez maior.

Falavam, portanto, em modernizar a fronteira, e esse processo de modernização estava associado intimamente ao desenvolvimento que supostamente se verificaria ali, assim que as novas estruturas estivessem plenamente concretizadas. É importante observar que o discurso sobre a modernidade, com seu conteúdo eminentemente ideológico, era utilizado como mecanismo de justificativa para promover mudanças radicais no tecido urbano de Foz do Iguaçu.

Assim, aquela documentação, que se encontrava esquecida, talvez deliberadamente, nas gavetas e estantes das repartições públicas de Foz do Iguaçu, foi produzida dentro da premissa de que existe um olhar técnico sobre a cidade que leva a uma ação planejadora desinteressada do aspecto social. Como aponta Sevcenko, existe “um saber sobre a cidade que orienta a ação planejadora, mas ele não está ao alcance do cidadão comum”,⁹ o qual, além de não ser consultado sobre as mudanças a serem implementadas em seu espaço, praticamente desconhece o que foi projetado, de fora, para si.

Nesse sentido, a partir das observações feitas naqueles Relatórios e Planos Diretores pelos urbanistas ligados ao governo, ou contratados da iniciativa privada, pudemos vislumbrar uma desordem existente que não era mostrada pelos políticos locais. Essa desordem, que deveria ser equacionada pelos planejadores da ordem, deixou à mostra os muitos problemas existentes na cidade, principalmente aqueles relacionados à infra-estrutura, ainda muito precária, que atingia indistintamente toda a população, e o descaso das autoridades para com os setores mais carentes da sociedade, pois a administração pública estava comprometida em resolver os problemas que afetavam os moradores das áreas mais “nobres” do espaço urbano.

Os técnicos passaram a estabelecer os critérios necessários para uma intervenção naquele espaço, no sentido de ordená-lo, de moldá-lo às exigências de um “novo tempo” que a ele estava

destinado. Era preciso que a reestruturação, mesmo que no papel, mostrasse, os benefícios que trariam os novos equipamentos urbanos, a abertura de novas vias, a reordenação dos espaços tradicionais, dentro de uma nova planta urbana. Tal remodelação, supostamente, atingiria a todos, indiscriminadamente. Porém, não é difícil depreender que o grau do impacto seria maior ou menor conforme a classe social a que pertencesse os moradores afetados.

Ideologicamente, os urbanistas responsáveis pelos Relatórios e Planos, faziam com que a cidade ficasse reduzida a seus aspectos técnicos de funcionamento, intervindo “cientificamente” no espaço anulando sua densidade histórica,¹⁰ pois tentavam passar a idéia de que o trabalho para sua reorganização não tinha finalidade política, omitindo, assim, seu real objetivo, que era higienizá-la e hierarquizá-la, beneficiando as camadas dominantes, que teriam o privilégio de viver em um espaço modelar.

Procurando seduzir tanto os setores dominantes, que ansiavam pelo ingresso na “civilização”, quanto os mais desavisados moradores, através da promessa de uma nova cidade, que abrigaria novos investimentos e, portanto, estaria fadada inequivocamente, ao progresso, agiam politicamente, cumprindo, aos olhos de todos, seu papel de dotá-la de melhores condições de habitabilidade, introduzindo, a partir de então, a dimensão urbana na cidade de Foz do Iguaçu:

“Ao reduzir a cidade real a uma estrutura técnica, o urbanismo abre espaço à introdução do conforto na cidade, isto é, a uma política urbana de domesticação da população a partir da articulação dos equipamentos urbanos (água, calor, luz, gás, etc.) com o sistema de moradia. Com o conforto, a simples moradia se transforma num *habitat*, levando à possibilidade de satisfação corporal das necessidades básicas exigidas pela vida urbana.”¹¹

Apesar das tentativas por parte das autoridades em mostrar que buscava o bem de todos, era evidente que não seria fácil compatibilizar os interesses das camadas populares e dos setores dominantes, quando se pensava no futuro projetado para Foz do Iguaçu. Sobretudo porque, enquanto os segmentos mais carentes buscavam conquistas mínimas para poder sobreviver, os setores dominantes queriam usufruir ao máximo das vantagens de ter uma cidade “civilizada” nos confins do país. Entretanto, ambas teriam que aceitar os projetos vindos das esferas federal e estadual.

Os Relatórios apontavam alguns caminhos possíveis de serem seguidos, para a resolução dos “defeitos” encontrados, cumprindo em parte sua tarefa. Em parte, pois omitiam um olhar mais atento sobre a população pobre e o espaço degradado que ocupavam, não apenas nas áreas periféricas que ainda estavam se constituindo, mas nos núcleos de moradias sub-normais que

começaram a surgir no início dos anos 70, e que passavam a apresentar, cada vez mais, problemas de toda ordem a seus moradores.

Não raro, os próprios Relatórios expressavam a árdua tarefa que era encontrar soluções para os problemas atinentes aos setores mais empobrecidos da sociedade. Uma vez que utilizavam-se apenas de dados técnicos, percebiam, de um lado, que os custos para executar os projetos seriam muito elevados, e de outro, reconheciam, como está expresso no Plano Diretor de Desenvolvimento e Turismo de 1968, que tudo o que havia sido feito até então, se restringia aos espaços mais “nobres” da cidade, relegando os demais moradores ao esquecimento.

A outra fonte compulsada leva-nos mais próximo dos personagens que compunham o tecido urbano de Foz do Iguaçu, e que viveram de perto cada mudança elaborada nos escritórios do poder, usadas como cobaias nos projetos que se sucederam, com resultados, na maioria da vezes, negativos para a população mais carente. Utilizamos como documento um jornal semanal, intitulado *Jornal Nosso Tempo*, que existiu entre os anos 1980 e 1990, Portanto o período de maior tensão social na cidade e naquela fronteira.

Jornais são úteis como fontes que desnudam relações de poder, grupos de elite, bem como os discursos que norteiam suas ações e conseqüentemente muitos atos do poder público. E para recuperar o cotidiano da sociedade iguaçuense, no período de 1975 a 1992, quando a “obra do século” entrou em pleno funcionamento, aquele periódico foi fundamental para um olhar sobre o cotidiano de sobrevivência da população pobre, e pelas denúncias feitas contra as arbitrariedades perpetrada pelas camadas dominantes locais.

Foi naquele período que a cidade, além de se desestruturar em termos espaciais, uma vez que não comportava a quantidade de habitantes que lá chegou, teve que conviver com estes novos personagens. Não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho, passaram a compor uma massa de trabalhadores pobres, vivendo nas muitas favelas da área central e nos novos bairros periféricos despossuídos das mínimas condições de habitabilidade.

A cidade, em sua nova desordem, mostrava que era composta, em seus interstícios, em seus subterrâneos e escancaradamente, por personagens que destoavam dos ambicionados padrões perseguidos pelos ideólogos da “civilidade”, da ordem, da hierarquização e do controle.

Tomamos emprestadas as palavras de Sevcenko em sua definição sobre a São Paulo dos anos 20, quando esta ainda se debatia com sua falta de identidade, para mostrar aproximadamente o que ocorreu, no frenético período de 1975 a 1992, em Foz do Iguaçu:

“A justaposição de tantas partículas heteróclitas e adversas num curtíssimo espaço de tempo, sem nenhum planejamento prévio, num local impróprio, despreparado, disposto improvisadamente por meio de

medidas isoladas e descontínuas, tomadas ao acaso dos fatos consumados, dão mais a imagem do caos de um incidente histórico de máxima contingencialidade do que da instauração de uma ordem urbana moderna.”¹²

Eram homens, mulheres e crianças, em grande quantidade, pobres, desempregados ou sub-empregados, trabalhadores informais que se sujeitavam a todo tipo de expediente para sobreviver entre os belos jardins daquela cidade turística. Eram “feios, sujos e malvados”, lembrando o filme do mesmo nome, que circulavam pelas ruas mendigando o pão de cada dia, buscando meios para passar mais um dia sem fome, disputando cada espaço da cidade com outros que viviam a mesma situação. Percebidos como “classe perigosa” pelas camadas dominantes, demandaram um intenso controle por parte das autoridades. Eram obrigados a sobreviver do contrabando de produtos dos países vizinhos, ou como camelôs, e de expedientes temporários, muitos esmolando ou colocando os filhos em trabalhos nas ruas da cidade.

O crescimento populacional de Foz do Iguaçu foi extraordinário, em pouco espaço de tempo. Em 1970 sua população era de 33.970 habitantes, sendo 20.150 na área urbana e 13.820 na rural.¹³ No auge da construção de Itaipu, em 1980, passou para 136.320 habitantes, sendo que 101.330 viviam no espaço urbano e apenas 34.990 na zona rural.¹⁴ É importante ressaltar que dois anos antes, em 1978, Itaipu abrigou o maior número de trabalhadores em sua construção, ou seja 30.263 pessoas, sendo 20.090 brasileiros e 10.173 paraguaios.¹⁵ Já em 1990, a população saltou para 190.175 pessoas, com 186.422 vivendo na cidade e somente 3.753 no espaço rural.¹⁶

Desse contingente populacional, 107.809 pessoas viviam nos bairros populares, dependendo do precário sistema de transporte coletivo para transpor as imensas distâncias entre sua residência e o local de trabalho. Para aqueles que viviam de expedientes informais e estava sempre mudando de lugar, o problema era ainda maior. Os dados estatísticos apontavam que dessa população, 62.184 estavam incluídas como “Pessoas Em Idade Ativa” disputando o mercado de trabalho local, mas apenas 29.963 estavam formalmente cadastradas como economicamente ativas, o que significa 32.221 viviam no mercado informal.¹⁷

O Terminal Rodoviário, dava a medida mais aproximada do turbilhão de pessoas que iam e vinham à cidade, pois era por ali que passavam a maior parte daqueles iam em busca de alternativas de trabalho, formal ou informal. Seu movimento em 1991 foi de 2.319.085 passageiros. Usufruíam desse terminal, principalmente os “sacoleiros”, aqueles que, com certa constância, ali chegavam, com o intuito de comprar produtos no Paraguai para revendê-los nas grandes cidades.

E, naquele período de desordens que se avolumavam no contexto urbano de Foz do Iguaçu, é necessário destacar a expansão do número de favelas e de favelados naquela que se pretendia transformar numa cidade modelar, dentro dos princípios de modernidade projetada pelo saber

técnico dos detentores do poder. Em 1981, segundo a imprensa local, “somente dentro da cidade [existiam] 3.400 pessoas faveladas vivendo de sub-emprego”.¹⁸

No mesmo processo de desenvolvimento e desordem que foi modelando a cidade, as habitações sub-normais, ou favelas, proliferaram nas áreas centrais, fazendo com que houvesse um aumento considerável de bolsões de miséria. Segundo dados oficiais, em 1989 viviam em favelas 1.506 famílias, perfazendo um total de 7.986 pessoas, números que se ampliaram para 2.986 famílias e 12.997 seres humanos, vivendo em condições de extrema penúria, em 1991.¹⁹

Se o objetivo era ordenar os espaços da fronteira, dentro de uma racionalidade intrínseca ao saber técnico, o qual é fruto do pensamento moderno, ao pensarem a cidade de Foz do Iguaçu como o espaço que abrigaria a modernidade naquela região estratégica, sem levar em consideração os personagens que circulariam em número cada vez maior em seus interstícios, em seu cotidiano, os planejadores e os políticos que os abençoaram perderam o rumo, perderam o controle, e, desorientados quantos às medidas a serem tomadas, passaram a utilizar da força e coerção para resolver os problemas cotidianos da cidade:

“A modernidade superativada produz incessantemente o desconhecido, torna o homem, de uma certa maneira, estranho ao mundo que criou. Ele não sabe mais designar o universo social e cultural que se compõe e se decompõe à força de seus projetos.”²⁰

NOTAS

¹ Cf. Foweraker, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982; Gregory, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2002.

² Localizada a 698 Km de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Sobre a construção de Itaipu, ver Catta, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2003.

³ Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: uma reflexão política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975; Comblin, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁴ Idem.

-
- ⁵ O pico foi em 1973, com 14% segundo Sérgio Abranches. Cf. Abranches, Sérgio Henrique. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. P. 17.
- ⁶ Dentre elas as mais importantes foram o complexo de Urubupungá, Jupiá e Ilha Solteira.
- ⁷ Cf. Lefebvre, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991. P. 11.
- ⁸ Cf. Foweraker, Joe. *Op. cit.*
- ⁹ Cf. Sevcenko, Nicolau. As muralhas invisíveis da Babilônia moderna. *Oculum*, Campinas/S.P.. nº 1, p. 44-49, 1984. P. 46.
- ¹⁰ Pechman, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. P. 383.
- ¹¹ *Idem*. p. 17.
- ¹² Sevcenko, Nicolau. *Orfeu estático na cidade: São Paulo, sociedade e cultura nos frenéticos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 41.
- ¹³ Dados IBGE, 1970.
- ¹⁴ Dados IBGE, 1980.
- ¹⁵ Cf. Menezes, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas, SP: Papirus, 1987. P. 36
- ¹⁶ Dados IBGE, 1990.
- ¹⁷ *Idem*.
- ¹⁸ *Jornal Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, 21 a 27/10/1981.
- ¹⁹ Anuário Estatístico de Foz do Iguaçu. *op. cit.*
- ²⁰ Cf. Balandier, Balandier. *A desordem: o elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 159.